



HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional
de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. I

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

1998

A História das Resistências pelos Arquivos da Repressão. A Esquerda Judaica em São Paulo

Zilda Márcia Grícoli Iokoi
Universidade de São Paulo

Parte significativa da documentação referente à história da resistência brasileira desapareceu, em larga medida, pelas dificuldades dos próprios militantes em manter os conjuntos documentais referentes às organizações e a seus membros, em constante processo de fugas e ocultamentos, dado o longo período de clandestinidade a que foram submetidos. Ao longo da história republicana, as lutas urbanas empreendidas por anarco-sindicalistas ou simplesmente por aqueles que se opusessem à ordem estabelecida, nos conflitos de rua ou na exposição das idéias divergentes pela imprensa, discursos ou conversas, seguiam a lógica constituída desde o período colonial e consagrada como estratégia de classe na repressão a Revolução Praieira, de 1848. União entre os donos do poder, conciliando seus antagonismos e interesses, para impedir que o *populacho* pudesse se apropriar, tanto do aparelho de estado, como impedir a concentração de rendas e de riquezas. Em nome da ordem e contra a anarquia, manifestaram-se os maiores baluartes conservadores¹.

Como a repressão foi constante e levou ao extermínio enormes contingentes dos rebeldes, fossem eles índios nativos da terra, negros fugitivos da escravidão, judaizantes transformados em cristãos novos e perseguidos pela inquisição, militares convencidos

das necessidades de mudanças, padres solidários às causas das liberdades, camponeses interessados na construção de suas comunidades santas, operários, estudantes, intelectuais defensores da revolução, ou simplesmente homens comuns, a documentação oriunda dos conflitos tendeu a ser escasseada, a memória foi ocultada e a riqueza desta história quase desapareceu. Alguns processos da resistência só aparecem, respeitada a visão de seu opositor, para demonstrar sua eficácia na manutenção da ordem, sua tolerância frente aos descontentes ou a ingenuidade e anacronismo do propositosor.

Deste modo, os organismos da repressão deveriam cuidar da captura e prisão dos rebeldes, do combate aos grupos opositores ao regime, e do desbaratamento de suas organizações, assim como da apreensão de tudo o que estivesse em poder dos perseguidos, tais como documentos de suas instituições, pertences, acervos bibliográficos e mesmo patrimônios pessoais, como fizeram ao longo da história os conquistadores, em diferentes tempos.

Encontram-se assim, nos arquivos policiais, enormes quantidades de documentos produzidos pelas agremiações de protesto e de combate dos movimentos sociais brasileiros. Esses arquivos têm sido muito consultados para períodos históricos distantes, como o da Torre do Tombo, que reúne os processos inquisitoriais, ou o do Conselho Ultramarino, responsável pela guarda da documentação fiscal e administrativa da Colônia, estando a parte referente ao Brasil em processo de microfilmagem no Projeto Resgate, organizado a partir da definição das atividades acadêmicas das comemorações do 5º Centenário. Para o período contemporâneo, entretanto, os acervos policiais estão sendo liberados à consulta pública, mediante processos legais muito complexos. Uma dessas instituições que nos interessa neste estudo, é o Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, DEOPS-SP, fundado em 1924 e extinto em 1983.

Os documentos oriundos desse órgão, estão organizados em séries: *Prontuários*, onde os presos e os citados passavam a fazer parte de um fichário que servia de fonte de informação para os

agentes da repressão identificarem as conexões entre pessoas e grupos; *Dossiês*, constituídos por nove mil pastas com um milhão e cem mil fichas remissivas, organizadas pelo nome atribuído ao fichário, pessoa física (sobrenomes comuns ou não) pessoa jurídica (instituições tais como sindicatos, partidos, universidades, órgãos de imprensa etc). Nas pastas encontram-se papéis oriundos do setor de informações com materiais apreendidos nas diligências, cuja riqueza é enorme; além da série *Ordem Política e Social*. Estes materiais têm grande significado para a cidadania, uma vez que informações sobre pessoas, organizações e grupos estão ali reunidas, especialmente aquelas oriundas de um sistema de buscas e apreensões feitas com ou sem o amparo das leis. Além disto, nos períodos de repressão mais radical, nos quase quarenta anos de ditadura do período republicano, esses documentos podem permitir a análise da estrutura e funcionamento do Estado e de suas alianças políticas.

Entretanto, é sobre a história das resistências que este acervo poderá ter grande significado. Através de um serviço reservado, os agentes da repressão infiltravam seus membros nas organizações sindicais, partidárias e mesmo nos grupos estudantis, de padres, sociedades amigos de bairros, escolas etc. Os relatórios dos serviços reservados são muito detalhados, feitos em forma de diários, recebendo uma letra para indicar qual organização estaria sendo acompanhada, ou o militante seguido. Os relatórios identificam lugares, pessoas, atividades, conexões internas e externas, e contêm também os materiais distribuídos. Alguns dos relatórios dos serviços reservados são claramente infiltrações em hierarquias superiores das organizações de esquerda e revelam aspectos fundamentais das atividades e dos processos de discussão.

Interessa-nos neste texto acompanhar a documentação existente sobre Felicia Itkis e Hersch Schechter, membros do Partido Comunista e participantes do Instituto Cultural Israelita Brasileiro, também denominado *CASA DO POVO*, que se originou do Centro Cultura e Progresso, no Bairro do Bom Retiro, em São Paulo.

Hersch foi, ao longo de todo o período², editor do Jornal *Unzer Shtime* (Nossa Voz), órgão de imprensa da Casa do Povo, onde escrevia, segundo depoimento de Dina Lida, os editoriais e as matérias referentes à política internacional. Felicia, sua mulher, cuidava da parte administrativa da Casa do Povo, atividade que lhes garantia um modesto salário, e deste modo viviam com extrema dificuldade.

No periódico que procurava tratar de questões nacionais, internacionais e de política interna da comunidade dos judeus progressistas, pode-se recuperar as teses, idéias e propostas desse militante que dedicou toda sua vida ao trabalho do partido e às lutas pelas liberdades humanas. Jornalista e professor, destacou-se pela fácil oralidade elogiada por vários depoentes no processo ora analisado, o que provavelmente explica um de seus codinomes, *Fala-Fina*. Bom orador, pouco imperativo, conseguia pelo convencimento argumentar em favor da causa operária, que motivou suas lutas³.

O processo é de 1949, quando o casal Hersch e Felicia é acusado de ter prestado declarações falsas sobre a nacionalidade de Felicia, em 1933 e 1935. Há um forte objetivo do órgão em provar que ela é brasileira, nascida em Quatro Irmãos, no Rio Grande do Sul, e do casal, em provar que ela chegou com 15 anos ao Brasil, vinda da Bielorrússia. Todo o processo pede juntada de diversos documentos, permitindo a reconstituição da história da família, das formas de transportes utilizadas, das regiões que foram sendo ocupadas, dos laços de parentescos, das festividades existentes, das lutas políticas e as diversas conexões em diferentes espaços (na Europa e América Latina), dos livros lidos, dos panfletos elaborados e distribuídos, dos problemas familiares dos militantes, entre outros elementos arrolados na documentação.

Sabe-se pelos documentos que Hersch foi deportado por duas, sendo a segunda vez motivada pelas atividades de propaganda do Partido. Na organização do processo de 1935, revolução que não atingiu os fins desejados, Hersch distribuía jornal e documentos, quando foi preso.

Este personagem estudou no Colégio Pedro II, tendo provavelmente sido levado ao PCB por Otavio Brandão, que ali lecionava naquela época. Foi portanto no Brasil que ele aderiu ao comunismo, abraçando as lutas dos trabalhadores brasileiros e não a dos judeus inicialmente. Os pais de Schechter migraram para a América na década de 1910 e seguiram como muitos dos imigrantes europeus daquele período para Buenos Aires. De lá, migraram para o Rio Grande do Sul e depois para o Rio de Janeiro. Esteve fora do Brasil por duas vezes, entre 1929 a 1933 e de 1941 a meados de 1946, ocasiões em que foi deportado. Só depois de sua segunda deportação para o Uruguai, que lá, ele começou a escrever em iídich no Unzer Frait.

Abre-se o caso no DEOPS-SP, com com um Relatório da Sub-Chefia do Serviço Especial de Vigilância, referente à localização das testemunhas do casamento de Hersch e Felícia. José Geraldo de Paiva Braga, residente a Rua Albuquerque Lins, 304, vendedor da Cia. Wolff Metal e Paulo Nico, trabalhador de uma oficina de pinturas na Alameda Barão de Limeira, 217, fundos. Ambos confirmaram ter sido testemunhas do casamento, mas negam ter estado no Cartório de Paz de São Miguel, onde o casal afirmava ter sido realizado o ato civil. O que havia de comum entre os dois testemunhos era viver ou trabalhar perto*o do Bom Retiro, sugerindo uma aproximação que poderia estar no Centro Cultura e Progresso.

Em seguida aparece um atestado da Jewish Colonization Association, de Quatro Irmãos, no Rio Grande do Sul, “que em 1913, chegou da Província de Maurício, Província de Buenos Aires, Argentina, Itkis Jjiel, com 44 anos, sua mulher, Riwke com 40 anos e os filhos, Aaron, com 18, Leib, com 13, Rachel, com 16, Schieve (Sofia) com 7 e Velia (Feltza) provavelmente Felicia com 5 anos”. A declaração ainda informa que a família deve ter chegado da (Pudolia) Rússia, em 1909 pelo vapor Santa Cruz, e que o pai de Felícia era professor. Diz que a família ocupou o lote número 66 da Colônia Quatro Irmãos e que retirou-se dali com destino ignorado.

Esse documento está na seqüência de um certificado do escrivão da polícia Armando Gomide, de 6 de outubro de 1949, composto por um inquérito policial de 7 laudas sobre o processo de expulsão de Hersch ter sido cancelado, sob alegação de ser casado com brasileira, tendo deste modo direito a permanecer no território nacional.

Nesse documento Scherchter afirma que deveria seguir para Viena na primeira deportação, mas ficou na França, e que na segunda permaneceu no Uruguai, conforme já relatamos acima. Voltou ao Brasil por ter sido anistiado, mas como sua Carteira Modelo 19 vencia no mesmo ano de 1946, recebeu visto temporário, e no processo de atualização da carteira de identidade de estrangeiro, passou a ser investigado, mesmo estando anistiado pelo Governo Federal.

Sua primeira expulsão em 1929 se deu por pertencer a administração do jornal Classe Operária, ocasião em que o veículo era legal. Informa que era funcionário do jornal e não dirigente do mesmo. Voltou em meados de 1933 e foi preso no início de 1934, quando conseguiu um Habeas Corpus, garantido pela Constituição de 1934, que garantia liberdades político-ideológicas. Foi condenado a 2 anos de prisão por retornar ao Território Nacional sem autorização legal, estando em Curitiba, distribuindo Classe Operária, em 1936. Em 1937, foi transferido para julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, sendo condenado a mais dois anos de prisão, por infringir a Lei de Segurança Nacional. Em 1941, foi finalmente deportado para o Uruguai, onde permaneceu até meados de 1946⁴.

Tentando tirar os documentos de identidade, percebeu a necessidade de obter um Habeas Corpus, e graças a isso, quando foi preso em São Paulo e transferido para o Rio de Janeiro, a existência desse documento o protegeu, e permitiu um decreto da Presidência da República isentando-o da expulsão. Mesmo assim, depreende-se um movimento interno em busca de informações anteriores que nos remete a declarações anteriores de Felícia

sobre sua nacionalidade. Essas declarações, feitas entre 1933 e 1935, nos remetem às tentativas de deportação que ela procurou obter em momentos de perseguição política.

Pelas informações existentes no Dossiê, depreende-se que ela pertencia ao Socorro Vermelho e que suas tarefas consistiam em encontrar os militantes presos e obter meios de apoiá-los e lhes oferecer álbis, dinheiro e demais préstimos⁵. Deste modo, Felícia agia com grande mobilidade naquele período, articulando conexões entre os organismos internacionais e os comunistas e aproveitando-se das ambigüidades da política anti-comunista de Vargas, uma vez que, em inúmeros momentos, vencida seus opositores civis e militares através de acordos ou de promessas aos seus opositores de esquerda, como se pode verificar nas articulações entre os comunistas e os golpistas⁶. Neste documento podemos verificar a existência de contatos entre Felícia e Marino Bessouchet, marido de Inez, sua irmã, e entre estas e Alexandre Wainstein, que se notabilizou por alimentar as leituras comunistas no período.

Na seqüência, está arrolado um documento que esclarece ter sido em 1941 o casamento de Felícia com Hersch, num cartório em São Miguel. Este acontecimento foi realizado num momento em que ele estava preso no Rio de Janeiro, sendo que um cirurgião dentista, de nome Edgar Ribeiro, a pedido de seu amigo, Danton Vampré, foi o responsável pelo ato. O dentista, perguntado na polícia sobre o episódio, disse que não via mal em ajudar a mulher casar-se por procuração. A documentação arrolada não permite compreender os elos de ligação entre Vampré, Ribeiro e Felícia. Aparentemente, tanto o advogado como o dentista, não pertenciam ao movimento comunista. Entretanto, a retificação que faz Felícia sobre seu local de nascimento junto ao DEOPS indica que ela utilizou de dupla estratégia para se mover frente aos aparatos repressivos do Estado. Em 1933 e 1935, utilizou a ausência de dados policiais e cartoriais para afirmar ser Russa, uma vez que deste modo poderia ser deportada e realizar as atividades que lhe eram destinadas naqueles difíceis momentos, onde ser judia

e comunista eram marcas profundas contra a sua segurança, de seus familiares e da própria organização.

Em 1941, teve que se casar por procuração, quando Hersch estava preso no Rio de Janeiro. Em 1946, novamente se colocava o dilema da identidade e da perseguição, estando ela em questionamento sobre as verdades parciais já afirmadas anteriormente. Esse processo de inquirição, moveu vasta engrenagem do aparelho policial e enormes movimentos de pesquisas para comprovação da falsidade das afirmações de Felícia, uma vez que os agentes da repressão tentavam converter Scherchter em um comunista perigoso e nocivo a ordem social no pós-guerra. É interessante perceber que um movimento de regularização documental provocou um forte aparato de recuperação das histórias policiais pretéritas do casal e de suas relações pessoais e políticas.

Neste processo de busca e de recolhimento de cópias, percebe-se um longo quadro de referências tanto da história da própria instituição policial, como dos elos que ligam inúmeros sujeitos conhecidos ou distantes da mesma prática sócio-política.

Outro aspecto fundamental na recuperação desse processo, é que não há nenhum tom mais ofensivo por parte dos investigadores policiais e dos delegados no sentido de serem esses grupos judeus. Alguns historiadores afirmam que a questão étnico-cultural não interferiu de modo algum em formular elos identitários entre esses militantes. Entretanto, essa condição aparece nas atividades legais que guardavam esses grupos e os permitiam circular livremente pelos bairros. O Centro Cultura e Progresso, e depois a Casa do Povo, foram espaços que davam inclusive legitimidade ao próprio partido em momentos de repressão⁷.

Em primeiro lugar, o casal foi de grande importância no desenvolvimento das atividades da Casa do Povo. Idealizadores do projeto do teatro, do coral e ao lado de Elisa Abramovich, da criação de uma escola, para judeus e não judeus, que se pautasse pela educação libertária, crítica e universalizadora. Hersch dava às discussões para o Congresso Mundial da Paz, uma importância

especial, e deste modo, procurava estabelecer um tom mais universal aos temas do congresso judeu. Em seus artigos no jornal, destacava os pontos importantes da nova ordem mundial que se anunciava, dos perigos dos preconceitos raciais, culturais e mesmo políticos. Destacava a necessidade de se construir uma paz duradoura que permitisse a autodeterminação dos povos para evitar os monopólios imperialistas. Felícia cuidada da parte administrativa, e era o elo nas ligações internacionais.

No documento *qualificação dos indiciados*, assim se referem os agentes de polícia ao casal:

ambos militavam nas hostes do ex-PCB. Ele, elemento de classe, arguto, ativíssimo, emprestava sua colaboração intelectual aos jornais comunistas Classe Operária e A Nação, do Rio de Janeiro. Tem passado pela polícia de vários estados da federação, o que lhe custou a expulsão do país, por mais de uma vez. Recalcitrante que é, Hersch sempre reingressou em território brasileiro e aqui permanecia, até que a polícia o descobrisse. (...) Não gostava de viver às escondidas e por isso, foi aconselhado por Danton Vampré a se casar com mulher brasileira e assim ter salvo-conduto permanente. Assim, surgiu o caso de Felícia, até então sua amasia. Estava preso por ocasião em que foi representado pelo o dentista Edgard Ribeiro, em seu casamento com Felícia. Reconheceu como filho legítimo o menino Horácio, nascido em Porto Alegre em 1937.

285

Neste mesmo documento, o delegado relator afirma serem muito firmes as provas que atestam a chegada de Ježil, pai de Felícia, com sua família procedente de Charguerod, na Rússia. Pelo documento da imigração, ele já estaria no Brasil e naquele período apenas Riwke e os filhos teriam imigrado em 1913.

Todo o processo está sendo apresentado com base no documento da companhia de imigração que fundou um núcleo colonial em Quatro Irmãos, no Rio Grande do Sul. Deste modo, e pelo conjunto de documentos existentes, parece-nos que o órgão da repressão estava muito motivado no sentido de demonstrar ser Felícia estrangeira. Ela estava sendo observada desde 1933, quando foi detida e fichada pelo DEOPS. Naquele período, toda a atenção sobre ela e seus irmãos era feita numa atitude altamente

destinada a desbaratar a célula comunista que garantia apoio aos refugiados da guerra e ao socorro vermelho. Depois, na década de 1940, acreditando ser ela amante do comunista Guido Romani, passou a ser seguida e observada constantemente.

Em todo este período, foram sendo criados documentos capazes de incriminar a ambos os militantes, num mesmo processo. Entretanto, sua primeira menção está registrada em 13 de fevereiro de 1935, quando recebeu o número de prontuário 339.147, no Registro Geral do órgão. Assim, em 29/11/33, aparece um informe reservado, afirmando que Felicia Itkis participara de uma reunião no Clube do Artista Moderno, cujo comparecimento foi sobretudo de operários do Belém e do Bom Retiro. O objetivo era implementar as atividades da Juventude Comunista e que foram levados para a reunião, materiais do La Vanguardia Estudantil⁸.

Ainda em 1957, o casal respondia junto ao DEOPS por suas falsas declarações a propósito do nascimento de Felícia, demonstrando que o inquérito aberto em 1949, oito anos depois ainda era referido no órgão. Ainda em 1949, um recibo dava conta de uma apreensão executada na casa de Julio Itkis,

um amarrado contendo documentos diversos e papéis, apreendidos hoje às 10:30 hs., na residência à Rua Prates, 125, residência do sogro de Hersch Scherchter, ficando retidos apenas os documentos constantes do auto de exibição e apreensão lavrado neste ato.

O funcionário afirma no documento que o material apreendido pertencia ao sogro de Hersch, sendo deste modo o ato, violação de domicílio. Tratava-se de ato cometido contra um cidadão que não estava sob suspeita, de apreensão de documentos de alguém sem qualquer acusação e assim, de ato violento. Em fevereiro daquele ano, Hersch foi detido em carceragem, conforme ofício ao Delegado Chefe à Seção de Expulsandos. A prisão foi seguida de apreensão de documentos. Das listas existentes, destacam-se os volumes *Canções del Tercer Frente* de Raul Gonzales Tuñon; *Las que llegaron despues* de Paulina Medeiros; *En un*

Rincon de Tacuari e Fausto Garay – Um Caudillo de Justino Zavala Muniz; *Caras de Sueño* de Adelmo Otto Aparicio, endereçadas à Jorge Amado e livretos de propaganda comunistas tais como: *Tiradentes*, *Herói Popular*; *Levemos às Massas nossa Linha Política*; *O PCB no trabalho de Massas*; *Os comunistas na luta pela democracia*; *Organizar o povo para a democracia*; *Dolores Ibarruri, La Passionaria*; *União Nacional para a Democracia* e *o Progresso*; *O PCB na luta pela paz e a democracia*; *Forjemos um poderoso Partido Comunista*; *Os Comunistas e o monopólio da terra*; *Resolução Política do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil*; *A Palavra de Prestes na Constituinte*; *Regulamento interno da comissão de finanças*; *Estatuto do PCB*; um cartão postal com os dizeres “Las banderas de la Libertad victoriosas flamen sobre el baluarte del nazismo”; um título de eleitor de Felicia, uma fotografia da visita de Jorge Amado ao jornal *Unzer Fraint* de Montevidéu; a certidão de nascimento de Horácio Itkis Scherchter; uma certidão de casamento de Felícia e Hersch em Cartório de São Miguel; um exemplar da *Folha do Povo* de 09/07/1948, do Rio de Janeiro; e um folheto, contendo canções sob o título *Coro Infantil Progresso*.

Em outro documento afirma-se que Fala-Fina chegou com o nome de Artur Araujo. Organizou associações, criou sindicatos, comitês, células de propaganda nas fábricas, aulas para o ensino do ABC comunista. Foi o principal fomentador das greves iniciadas em 1929, em número de onze em São Paulo, foi preso como elemento indesejável em agosto de 1929 e transferido para o Rio de Janeiro. No Prontuário de Hersch aparece o seguinte: agitador e organizador de classe. Orador fluente e culto, professor de português de seus compatriotas, foi embarcado no navio *Belle Isle*, por ter sido expulso do território nacional. Em todos os depoimentos apresentados na Polícia, Hersch aparece com liderança de um grupo, responsável pelas articulações do partido, das estratégias das lutas contra o regime de Vargas, considerado fascista.

Em todos os casos, sua figura era central e sua função a de formador. Professor, escritor, jornalista, de fato, sua presença na esquerda judaica, era muito firme. Deste modo, quando passou a dirigir o Nossa Voz, ele fazia uma clara articulação entre a frente legal do PCB na Casa do Povo e as demais atividades da militância. As várias dimensões da Casa do Povo constituíam-se como elos de ligação entre a comunidade judaica e a cidade e entre judeus comunistas e comunistas judeus.

No primeiro grupo, encontramos os elementos do messianismo judaico. Linha muito fina entre os apegos aos valores tradicionais, comunitários, e a questão judaica tão bem definida por Marx. Nesta mesma linha, Michel Lowy procura relacionar a rebeldia do messianismo judaico aos elementos de superação das dependências e explorações, cujo fim seria a utopia libertária. Para Lowy, na Bíblia, o mundo era percebido não como eterno e imutável, mas como produto histórico destinado a ser substituído por uma ordem divina. Em Max Weber, a atitude frente à vida, no judaísmo bíblico, é marcada por uma concepção de uma revolução futura, de ordem política e social, sob a condução de Deus. Em *Ideologia e Utopia*, Karl Manheim antecipa a idéia de que o anarquismo radical seria a mais pura consciência utópica milenarista moderna?

Deste modo é possível se perguntar se há uma articulação entre o messianismo judaico e a utopia libertária, ou seja, uma visão de mundo revolucionária. Para Gershon Scholem, o apocalíptico popular ou o pensamento anárquico de Daniel nos indica que há um sentido de movimento em movimento que, no nível do vivido¹⁰, apresenta momentos de desordenação geral dos processos hegemonzados. Há portanto, restauração da idade de ouro perdida e utopia, ou seja, aspiração de um futuro radicalmente novo, um estado de coisas que nunca existiu. O TIKKOUN é o restabelecimento da harmonia rompida pela SHERIVAT HA KELIM. Para ele, o caminho que leva ao fim, leva também ao começo e implica a restauração, a restituição do todo original. O advento do Messias é o cumprimento do Tikkoun. Para Manheim, a utopia

pia revolucionária é sempre acompanhada de uma profunda nostalgia da comunidade anterior, mas também de um mundo livre e novo que supere o mundo capitalista.

Assim, na Casa do Povo poder-se-ia reencontrar a idéia de um Messias Coletivo. A Palestina não poderia ser mais o lugar do encontro desse elo libertador e deste modo, as hipóteses revolucionárias se colocavam de modo emergente. Lutar contra a opressão, pela paz, pelo livre pensar e de modo amplo contra os autoritarismos. Ao contrário, os órgãos da repressão apresentavam esses militantes como verdadeiros tiranos e deles procuravam se livrar por todos os meios. Mais ainda, a virulência policial foi tanta que moveram-se todos os esquemas da pesquisa para dar força à idéia de serem falsas as declarações de Felicia e expulsar Hersch do país.

Ao longo de todo o processo, inúmeros documentos são agregados para demonstrar o perigo que esse grupo de comunistas representavam à ordem no país. De outro ponto de vista, pode-se perceber que novas possibilidades de entendimento entre o sentido libertário da vida apresentava-se nos elos culturais antigos. É possível perceber que as esperanças de uma solução interna, baseada nas experiências ds kibutsin desaparecera depois dos processos de disputas pela formação de um Estado Judeu, com apoio dos Estados Unidos sendo este o território definidor do que seria a *guerra fria* e a política de blocos.

Parece que Hersch Schechter já percebia a necessidade de um sentido mais humanizador e libertário, para frear a hegemonia dentro do partido e ampliar a democracia nos engendramentos sociais. Deste modo, parece que mesmo sendo relatado pelos agentes da repressão, pode-se encontrar os elementos fundantes da quebra dos ocultamentos, sendo muito importante a busca das histórias que foram impedidas de se expor e dos cotidianos alterados pelos processos discricionários do Estado e das engrenagens formadas no Departamento de Ordem Política e Social. Este órgão que se tornou o grande aparato de informações político-ideológicas e serviu desde a década de 1920 até 1983 ao Estado

autoritário brasileiro, foi uma das grandes instituições contrárias às liberdades e a democracia em nosso país. Hersch foi o seu contrário.

NOTAS

- ¹ Joaquim Nabuco defendia a repressão aos Praieiros, afirmando que se tratava de um motim entre liberais e conservadores cujas dissidências ameaçavam a ordem. Vide NABUCO, J. *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro, Topbook, 1998; Campos Salles, afirmava ser a tirania temporária a forma política preferível à anarquia permanente, justificando o estado de sítio e a repressão aos rebeldes da Revolução Federalista, em 1893. Confira em SALLES, C. *Da propaganda à Presidência*. INEP, 1902. A Lei Adolfo da Silva Gordo expatriava os que cometessem delitos de opinião, para o Presidente Washington Luís, a questão social era um caso de polícia e em 1924, o governo cria o Departamento de Ordem Política e Social, para reprimir as manifestações sociais que se ampliavam por vários setores. Operários, militares, intelectuais, movimento negro, luta contra a carestia, comunistas etc.
- ² O Centro Cultura e Progresso foi fundado em 1928 e transformado em ICIB ou Casa do Povo em 1946. Hersch Scherchter foi editor do *Unzer Sbtime* (Nossa Voz), desde 1946 até 1964, quando foi fichado pelo golpe militar.
- ³ Os judeus de esquerda dividem-se em três grupos: os que atuaram nos anos 20 e que migraram impulsionados pelas tarefas e atividades decididas pela Internacional Comunista, viviam no Rio de Janeiro, como Waldemar Gutnik e sua noiva, Rivka, organizadores da Cozinha do Povo, Aron Shenker e Motel Gleizer; o segundo grupo dos judeus comunistas que atuavam no PCB, com forte ligação com os temas da comunidade judaica, especialmente pelas dificuldades da língua, integraram-se com os seus correligionários no Rio de Janeiro, na Praça Onze, e em São Paulo, no Bom Retiro; a terceira, de filhos de imigrantes judeus, que atuavam no meio revolucionário sem a especificidade do grupo original, em prol da causa revolucionária no Brasil; cf. MILGRAN, Avrahan - Contribuição à História do Radicalismo Judeu no Brasil, s/d, mimeo.
- ⁴ Depoimento de Hersch Scherchter em 1946, no DEOPS-SP, anotado pelo escrivão Armando Gomide, Dossiê 75.390.
- ⁵ Vide declaração de testemunhas sobre o encontro de Felícia e Guido Romani no Presídio Paraíso, quando deu nome falsa de Flora Jaraclansky, segundo ela, depois de levada ao DEOPS-SP, devido à oposição de sua família quanto a visitas a comunistas.
- ⁶ O "Queremismo" foi parte desta estratégia de aproximar-se das esquerdas contra aqueles que o haviam ameaçado de deposição .
- ⁷ Francisco Abramovich afirmou ,em entrevista, que a Casa do Povo acabava sendo a frente legal do PCB.
- ⁸ Cf. Prontuário nº 339.147 de Felícia Itks.
- ⁹ LOWY, M. *Redenção e utopia*, O Judaísmo Libertário na Europa Central. São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp.20-21.
- ¹⁰ Henri Lefebvre desenvolve a idéia de três níveis de ação humana: o nível do vivido, ou seja a história, o nível do refletido, os valores e a consciência e o nível do concebido, ou seja, a historiografia ou o conhecimento.